

Ata da Reunião do Colegiado de *Campus*

IFRJ - Realengo

Aos 27 dias do mês de outubro do ano de 2020, às 9h18min., teve início a reunião virtual do Colegiado de *Campus* do *campus* Realengo, com a presença dos seguintes membros: a diretora-geral, docente Elisa Pôças, a diretora de Ensino, docente Hélia Pinheiro, a coordenadora de Extensão, docente Ana Carolina de Souza Basso e sua substituta eventual, a docente Marcelle Queiroz, a coordenadora de Pesquisa, docente Ana Carolina Carvalho, a coordenadora do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde, docente Lúcia Reis, a coordenadora do Curso de Terapia Ocupacional, docente Márcia Cristina de Araújo, a coordenadora do Curso de Fisioterapia, docente Elisa Van Eyken e sua substituta eventual, a docente Cristiane Baez, o coordenador do Curso de Farmácia, docente Murilo Lima, os técnicos-administrativos: Saulo de Oliveira, diretor administrativo, Karina dos Santos, coordenadora de Biblioteca, Márcio Sophia, coordenador técnico da Clínica Escola, Rachel Bruno, coordenadora da Secretaria de Ensino, Renata Jardim, Coordenadora Técnico-Pedagógica, Sérgio Vieira, coordenador de Segurança e Administração de Ambientes Tecnológicos, e Viviane de Souza, coordenadora do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas. A diretora geral deu início à reunião, apresentando os pontos da pauta, a saber “Solicitação de Regime de Dedicção Exclusiva da professora Laura Alice Santos Oliveira”, “Aprovação da minuta das Ligas Acadêmicas no CAEX” e informes. A respeito do primeiro ponto, Elisa Poças informa que o processo foi aberto este mês e uma das etapas é a aprovação do Colegiado de *Campus*, uma vez que, agora, o processo passa diretamente pelo CoCam, não necessitando de aprovação no Colegiado de Curso. A diretora passa, assim, a palavra para a coordenadora de curso, Elisa van Eyken, para ouvir sua opinião. Esta explica que a professora Laura tem quase 10 (dez) anos no *campus* e que era professora de mestrado em uma instituição privada e, na pandemia, foi dispensada,

podendo, agora, ajudar mais o IFRJ. Segundo a coordenadora, a docente em questão é bastante ativa na área da pesquisa e tem muita experiência na área de estágio, o que será uma grande contribuição para o *campus*. A docente Cristiane Baez complementa que Laura poderia contribuir com sua *expertise* por sua experiência no programa em que trabalhou. A diretora Elisa Pôças agradece e pergunta se mais alguém deseja contribuir. A coordenadora Ana Carolina Basso afirma que acredita que, se esse lugar de Dedicção Exclusiva vai contribuir para o *campus* e, em especial, no curso de Fisioterapia, ela se sente contemplada. A docente Lúcia Reis explica que, por conhecer o trabalho que a professora Laura vem desenvolvendo, acredita que esta vai contribuir e, portanto, apoia também a alteração de regime para Dedicção Exclusiva. A diretora-geral afirma que está de acordo com o que foi colocado, em relação à grande experiência e envolvimento com pesquisa que a docente em questão demonstra ter. No entanto, Elisa Poças esclarece que, embora a solicitação esteja passando pelo CoCam, é necessário entender que o IFRJ tem um número de vagas relacionadas ao número de professores com Dedicção Exclusiva. De acordo com a diretora, no passado, houve uma chamada para os docentes alterarem o regime de trabalho para DE. Alguns solicitaram a mudança, e outros, não. Não se sabe se vai haver uma resposta positiva para o processo, pois este depende daquela relação acima mencionada. Ela vai averiguar com João Gilberto, ex-diretor executivo, como se dá esse cálculo. Passa-se, pois, à votação por *chat*. A maioria votou a favor, considerando-se, assim, **aprovada a solicitação**. A respeito do segundo ponto, a diretora-geral passa a palavra para a coordenadora de Extensão, que explica que conseguiram aprovação da minuta, no CAEX, conforme documento enviado. A docente esclarece que houve poucas alterações, ajustes em nomenclaturas. A minuta de que se trata ainda não é a versão final, pois vai passar pelo CAEG, porque tem decisões que afetam a graduação, para depois ir para o Consup, pois envolve carga horária docente. Ana Carolina Basso explica que pediu esse ponto para dar devolutiva, devido à lentidão da construção do documento. Ela pergunta sobre a resposta da Procuradoria Jurídica, pois essa foi uma pendência deixada no Caex, e expõe que pediu para recorrer à Diretora-geral para cobrar sobre isso. A coordenadora diz querer saber sobre a possibilidade de a COEX do *campus* lançar, no ano que vem, o primeiro edital das Ligas, para organizar o fluxo de relação da COEX com as ligas e gestão dos trabalhos, como cadastros, relatórios, planejamentos, atividades etc. para acompanhamento da produção extensionista do *campus*. Ana Carolina Basso indaga se há acordo pelo Cocam a respeito dessa decisão de lançar o edital no próximo ano.

A docente Ana Carolina Carvalho afirma que isso é ótimo e dá um caráter de legalidade. Há a possibilidade de se atualizar, todo ano. Regulamentação é essencial, segundo ela. A coordenadora de Extensão explica que cada COEX terá autonomia nas gestões. Ela acredita que manter um fluxo contínuo vai organizar o trabalho e saber efetivamente quem participa, o que faz etc. A diretora-geral está de acordo com a minuta e concorda com o lançamento do edital no próximo ano. No entanto, ela demonstra dúvida sobre a questão burocrática. E pergunta se o que a coordenadora deseja é a aprovação do regulamento para o âmbito do *campus*, independentemente de passar pelo CAEG. A docente Ana Carolina Basso afirma que quer saber se existe impedimento legal para colocar a regulamentação em prática no *campus*. Ela diz se lembrar de uma assembleia geral que aprovou essa questão e vai buscar confirmação formal. A diretora-geral propõe colocar o regulamento em forma de Instrução Normativa no campus, mas, antes, seria preciso consultar à PROEX e talvez à PROEN, para formalizar o assunto. Ela coloca no chat: Há concordância com a proposta da coordenação de extensão para aplicação do regulamento das ligas acadêmicas no âmbito do CReal a partir de 2021? Por sua vez, a coordenadora Elisa Van Eyken afirma que não é a favor de colocar em prática um regulamento que não está aprovado institucionalmente. Ela diz entender a questão do fluxo, mas não acha que se deve colocar o regulamento em prática, nesse momento. Apenas fluxo de cadastro. Assim, a docente Ana Carolina Basso faz uma contraproposta e diz entender o posicionamento. Ela esclarece que, no regulamento, há os anexos e pergunta se acham mais apropriado fazer solicitação das Ligas, para preencher, pelo menos, os formulários e saber quem são essas ligas e os participantes. Isso vai facilitar as certificações, sem colocar em prática a estrutura básica, só os formulários, com os cadastros. A diretora-geral se posiciona a favor. A docente Ana Carolina Carvalho propõe um cadastro interno da COEX CReal e a diretora-geral solicita que a coordenadora de Extensão escreva o texto da proposta no *chat*, a saber: *a partir de 2020.2 (início do ano de 2021) a COEX CREAL vai implementar um cadastro interno das Ligas Acadêmicas do Campus Realengo para fins de captação das atividades realizadas por estas, e também para controle da certificação das atividades.* A maioria vota a favor. O diretor administrativo expõe que tal medida será uma segurança para o *campus*, para evitar insegurança jurídica. Ele se coloca de acordo com a docente Cristiane Baez. Em suas palavras, há perfis de editais diferentes. Ele acha que um edital para cadastro talvez funcione, mudando o caráter. Assim, contemplará a todos. A coordenadora Ana Carolina Basso explica que é escolha metodológica. E há a possibilidade de que alguma Liga não responda. A diretora-

geral afirma que se deve deixar claro que a Liga que não realizar o cadastro não terá certificação nem validade das horas complementares na instituição. A diretora-geral passa, então, para os informes. Ela explica que, no dia 26 de outubro, recebeu e-mail sobre o auxílio conectividade. A partir de quinta-feira, os *chips* estarão disponíveis para retirada na reitoria e os *tablets*, no final da próxima semana. É necessário verificar os contemplados das duas listas, se forem os mesmos estudantes. Eles precisarão entrar em contato para sinalizar se desejam retirar primeiro o *chip* e depois o *tablet*. A coordenadora da CoTP responde em concordância. Elisa Poças explica que, no dia 13/10, recebeu um ofício número 200 do gabinete do reitor, falando sobre a transmissão das reuniões via Youtube, ao vivo, pelo canal do IFRJ. Ela não quis começar o procedimento antes de ouvir a opinião do grupo. A coordenadora Elisa Van Eyken afirma ser contra essa obrigatoriedade. No caso das aulas, é necessário o termo, mas não no caso dos servidores. A docente Lúcia Reis concorda com Elisa van Eyken, pois, na sua visão, os pesos estão diferentes. A docente Ana Carolina Basso acha que é exposição e concorda com as falas. Ela é totalmente contra. Ela entende que já existem transparências, pelas atas, pela gravação das reuniões etc. e diz que faltará a todas as reuniões, se isso for colocado em prática. A professora Ana Carolina carvalho acredita que o assunto possa ser levado à ProJu, devido ao direito de imagem. Elisa Poças concorda com tudo que falaram e diz que a lei de acesso à informação não fala que as reuniões precisam ser publicizadas dessa maneira. Podem ser usadas imagens, falas contra as pessoas expostas. A docente Márcia Cristina de Araújo menciona uma situação onde invadiram um evento e jogaram um vídeo pornográfico. Ela diz que também não participará das reuniões, se isso acontecer. Ela acha que as normas devem ser para defender e não expor. A doente Lúcia Reis comenta também sobre uma reunião em que houve invasões e xingamentos e diz que também não participará mais das reuniões, caso sejam publicizadas. O diretor administrativo menciona *deepfakes*, que podem fazer montagens, causar constrangimentos e menciona que no CoCam, às vezes, abordamos situações pessoais dos servidores. A diretora pergunta no *chat*: *vocês entendem que precisamos de um encaminhamento quanto a isso?* A docente Ana Carolina Carvalho fala sobre assédio moral em deliberações transmitidas ao vivo. A diretora-geral indaga sobre os encaminhamentos que o colegiado pode levar, dizendo que o CoCam não é favorável a esse tipo de transmissão e que se gere um documento em nome do colegiado, com todos os argumentos e que entre na pauta do Colégio de Dirigentes. Todos concordam, pelo *chat*, com os encaminhamentos. A diretora de Ensino acredita que vale a pena argumentar com base em fundamentação legal, para depois levar

o questionamento para a reitoria. Após, a diretora-geral explica que vai pedir para a servidora Aline Faria redigir a minuta a partir da ata da reunião. Os participantes solicitam que, após redigir a minuta, Elisa Poças a coloque no *drive*, para que os participantes coloquem suas contribuições. Nada mais havendo a acrescentar, a reunião é encerrada, às 10h40min., e eu, Aline Aparecida dos Santos Faria, secretária da direção-geral, lavro a presente ata.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2020.